

INTIMIDADES REAIS E HISTÓRIAS FICCIONAIS ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIODISCURSIVAS DO PRÍNCIPE NA SÉRIE *1808*, DE LAURENTINO GOMES

DOI: 10.47677/gluks.v24i1.435

Recebido: 11/02/2024

Aprovado: 02/05/2024

VALE, Rony Petterson Gomes do¹
BRITO, Luana Borges Scarpini de²

RESUMO: Neste trabalho, buscamos analisar a representação do príncipe na *série 1808*, de Laurentino Gomes. Partindo da ideia de que essa *série* se apresenta, no Brasil, como um exemplo do “discurso mais vendido da história”, focamos nas estratégias linguístico-discursivas para caracterização das personagens históricas de Dom João VI, Dom Pedro I e Pedro II. Para isso, servimo-nos do aparato teórico-metodológico da Semiologia, de Patrick Charaudeau, mais especificamente das categorias presentes nos Modos de Organização do Discurso *Narrativo* e *Descritivo*. Discutimos também a problemática do livro-reportagem e as implicações desse gênero na análise do discurso na *série*. Como resultado, podemos dizer que a representação do príncipe, na *série 1808*, mostra-se como uma tentativa de reformulação (baseada mais em subjetividades que em fatos) da versão tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: representações sociodiscursivas; imaginários sociodiscursivos; discurso da História; biografias; best sellers.

Introdução

*Meias-verdades são mais valiosas
do que completas mentiras.*
(Tyrion Lannister³)

¹ Pós-doutor e PhD em Linguística do Texto e do Discurso pela UFMG. Professor Adjunto do Departamento de Letras da UFV, atuando na graduação nas áreas Linguística/Português. É professor credenciado do programa de pós-graduação em Letras da UFV, onde desenvolve pesquisas sobre o Discurso Humorístico em suas relações interdiscursivas, com especial destaque para a presença das formas plenas e reduzidas do riso na produção dos discursos constituintes, como o científico e o religioso, por exemplo. E-mail: ronyvale@ufv.br

² Graduada em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), campus Viçosa, onde organizou e participou de eventos da área. Foi bolsista CAPES pelo Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), cursando dois semestres na Universidade de Coimbra, em Portugal, em mobilidade acadêmica entre 2019 e 2020. E-mail: luanascarpinib@gmail.com

³ Cf. A arte da mentira, in: Martin (2013, p. 139).

Os livros da *série 1808*, (*1808*, *1822* e *1889*), de Laurentino Gomes, lançados, respectivamente, nos anos de 2007, 2010 e 2013, alcançaram um grande sucesso editorial⁴. Segundo o autor⁵, essa fama da trilogia se deve a uma abordagem que procura tornar o tema da história do Brasil mais acessível aos leitores, em virtude do uso de uma linguagem *simples e fácil de entender*. Além disso, Laurentino afirma, nos prólogos dos três livros, ter feito extensas – diremos aqui com ressalvas – “pesquisas” por um longo período para tratar dos fatos históricos: “Este livro [1808] é o resultado de dez anos de investigação jornalística” (Gomes, 2007, p. 15); “Pesquisar o tema e escrever este livro envolveu um intenso trabalho de reportagem, no qual me vali de três décadas de experiência como repórter e editor” (Gomes, 2010, p. 15); e “Fiel à fórmula das minhas obras anteriores – 1808 e 1822 –, procuro usar aqui [1889] a linguagem e a técnica jornalísticas como recurso que julgo capazes de tornar história um tema acessível e atraente para um público mais amplo” (Gomes, 2013, p. 15). Nossas ressalvas não necessariamente focam o intento do autor em dizer que pesquisou o tema (fato que, de certo modo, lhe garante até reconhecimento de alguns filósofos e historiadores⁶). Elas recaem mais especificamente sobre o tipo de pesquisa histórica – ou nas palavras do autor: “investigação jornalística” – que se desenvolveu nesses trabalhos e o discurso resultante desse processo.

No que tange às representações discursivas, os trabalhos de Laurentino aparentemente buscam construir uma imagem do *príncipe* inusitada, ou que foge à versão tradicional, como sugerem os subtítulos, respectivamente, de *1808*, *1822* e *1889*: “Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil”; “Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram a D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado”; e “Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e Proclamação da República no Brasil”. Na sua versão da história do Brasil, a

⁴ Conforme o *Estado de Minas*, desde o início de sua publicação em 2008, a série acumulava, em 2013, somente com os dois primeiros livros (*1808* e *1822*), aproximadamente 1,5 milhão de exemplares vendidos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1331185-laurentino-gomes-conclui-a-trilogia-de-livros-de-historia-do-brasil-de-maior-sucesso-no-pais.shtml>>. Acesso em: 23 maio 2018.

⁵ Disponível em: <<https://www.jornaldaslajes.com.br/integra/laurentino-gomes-historia-contada-em-linguagem-simples-atrai-os-brasileiros/1671>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

⁶ Karnal (2016), por exemplo, tece elogios ao trabalho de Laurentino, muito embora demonstre que o foco de interesse dos leitores não necessariamente seja a história (do Brasil), mas muito provavelmente os boatos, rumores e detrações utilizadas como estratégia de captação do público leitor.

forma de representação, quando não se choca com o discurso tradicional da história, evoca, para além da deformação grotesca do fato, uma motivação no mínimo cômica.

Desse modo, Laurentino faz caminhar lado a lado duas ou até mesmo três versões para o mesmo fato, ou seja, a narrativa fornece a versão da história feita pelo discurso oficial, questionando-o. Nisso, o ridículo, por vezes, surge na apresentação das intimidades do príncipe, como, por exemplo, na narração dos eventos da Independência do Brasil, nos quais D. Pedro I, príncipe regente, se encontrava *não* em trajes de guerra e montado num alazão – como vislumbrado nas pinturas oficiais da época –, mas, sim, em roupas comuns de tropeiro, numa mula – animal sobre o qual era costume subir a serra de Santos, no litoral Paulista. E, se deu um grito (do Ipiranga ou da Independência), algo que parece não ter acontecido, deve ter sido de cólica, devido a uma diarreia que o acometia desde o dia anterior (Gomes, 2010).

Um discurso mais vendido da história no/do Brasil

Mattoso (1997), dissertando sobre as tendências historiográficas de Portugal da década de 1980, apontou a ocorrência de um “discurso da história mais vendido”, concernente a uma ampla publicação de obras voltadas para um público não especializado, com sucesso de vendas e a escolha de temas voltados para atingir isso. Nesse ponto, Mattoso alerta para o risco de esse discurso ter o papel contrário ao que se propõe a História, já que essa disciplina busca “difundir numa larga camada da população uma visão realista do mundo e da humanidade, na sua dimensão diacrônica” (Mattoso, 1997, p. 58).

No contexto brasileiro do século XXI, há obras que apresentam características desse “discurso da história mais vendido”, as quais mostram como a tentativa de vinculação entre comércio editorial e estudos historiográficos tem sido um empreendimento de sucesso no Brasil. A série *1808* se enquadra nesse cenário. Esse trabalho propõe tratar de fatos históricos e de figuras históricas em suas versões “mais corretas possíveis”, como se observa no prólogo de *1808*: “O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás” (Gomes, 2007, p. 21). Nesse passo, a construção da imagem e do discurso dos *príncipes* parece recair, enfaticamente, sobre os aspectos não necessariamente positivos. Logo, tanto as ações e características dos *príncipes* descritas quanto os seus discursos sugerem uma tendência para a caricatura, o grotesco, o ridículo, a detração etc.

A partir dessas colocações, propomos, neste trabalho, uma análise que visa mostrar como as representações do *príncipe* foram elaboradas na *série 1808*, uma vez que esses livros (e suas narrativas) *não* são feitos somente a partir do fato histórico, *mas também* por meio da construção da imagem das personagens da realeza, expondo, entre outras, as intimidades delas.

Esse artigo está organizado da seguinte forma: na primeira parte, abordamos algumas propostas de representação do *príncipe* na historiografia tradicional brasileira, de modo a verificar como a *série 1808* se aproxima ou se afasta desse discurso tradicional; na segunda parte, discutimos sobre a genericidade de *corpus*, ou seja, sobre o que se quer dizer classificar a *série 1808* como livros-reportagem; na terceira parte, apresentamos a metodologia de descrição e análise do *corpus*, bem como os resultados obtidos; por fim, em nossas considerações finais, refletimos sobre os efeitos de sentidos possíveis de serem apreendidos por meio dessa análise.

Brevíssimo panorama da representação do *príncipe* na historiografia tradicional brasileira

Como vimos, Laurentino Gomes faz correr dois discursos a respeito dos fatos históricos sobre os quais escreve: um da tradição; outro da sua pena, ou seja, a sua versão. Com isso em mente, apresentamos, nesta seção, algumas posições assumidas pela historiografia brasileira sobre os *príncipes* D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Além de ter ajudado a criar a imagem dos príncipes no imaginário sociodiscursivo brasileiro (muitas das obras se converteram ou formaram a base textual e discursiva dos manuais voltados para o ensino de História do Brasil nas escolas), esses posicionamentos serão utilizados como uma espécie baliza, por meio da qual compararemos as representações propostas no discurso da *série 1808*. Iniciamos com Boris Fausto.

Na sua *História Concisa do Brasil*, Fausto (2014) nos apresenta, em dois capítulos, o período colonial brasileiro e o período monárquico, nos quais há poucas menções a D. Pedro I e a D. Pedro II. Dessa maneira, os acontecimentos da história do Brasil são relacionados a inúmeros fatores históricos, e não à figura de algum dos príncipes. Isso ocorre somente quando eles exercem influência sobre algum acontecimento, como é o caso das medidas realizadas por D. João VI após sua “vinda” para a colônia em 1808. Nesse sentido, na maioria das vezes, esse príncipe é citado pelo seu nome próprio e colocado como agente de diversas ações. Entretanto, em uma única ocorrência, ele é colocado como temeroso: “Temendo perder o trono caso não regressasse a Portugal” (Fausto, 2014, p 72). Adiante, D. Pedro I é apresentado poucas vezes

como filho e mais vezes como um *imperador* autoritário. D. Pedro II, de outra maneira, aparece menos ainda que os outros *príncipes*: é inicialmente colocado como *menino e rei nascido no país* e, posteriormente, como *representante legítimo* do regime monárquico, porém sem holofotes na transição desse regime para o republicano.

Em *História da Civilização Brasileira*, Calmon (2002) apresenta D. João VI como “príncipe português” e “hábil em sua própria timidez, entre inerte e malicioso” (Calmon, 2002, p. 176), o qual não queria guerra com Napoleão e “temia os franceses” (Calmon, 2002, p. 176). Desse modo, temos esse ponto de interseção com Fausto (2004): o temor de D. João sendo apresentado. No entanto, Calmon (2002) não põe D. João como autor de diversas ações e expõe mais características da personalidade não só desse *príncipe*, como também de D. Pedro I. Há, inclusive, um tópico intitulado “O príncipe”, dedicado à figura imperial do Primeiro Reinado. Assim, colocado como *filho*, D. Pedro I aparece no texto comparado ao pai, distanciando-se dele nas “qualidades” e aproximando-se da mãe na “ambição” e “intemperança”. A exposição de uma descrição subjetiva dele fica explícita no seguinte trecho: “Um romântico, um cavalheiro e um estróina, D. Pedro, mancebo de 23 anos, mal-educado e pouco instruído” (Calmon, 2002, p. 185). Dessa maneira, abordando o fim do governo regencial, Calmon (2002) assume que “Havia em S. Cristóvão um imperador *in nomine*. Era uma esperançosa criança, que saíra à mãe austríaca, precoce nos estudos e na firmeza do caráter; D. Pedro II devia reinar” (Calmon, 2002, p. 215). Além disso, no contexto da proclamação da República, sobre D. Pedro II é dito que “o imperador veraneava em Petrópolis” (Calmon, 2002, p. 283), o qual, após receber um telegrama pedindo seu regresso imediato, voltou para o Rio de Janeiro já encontrando um novo governo não monarquista tomando o poder. Portanto, esse “príncipe” é colocado, na maioria das vezes em que surge no texto, em uma posição mais passiva, sem grandes e decisivas aparições.

Já em *D. Pedro I: um herói sem caráter*, Lustosa (2006), em contraste maior a Fausto (2014) e menor a Calmon (2002), traz D. Pedro I majoritariamente a partir de possíveis características psicológicas individuais e menos a partir de fatos históricos. Dessa forma, ele é posto como “um Herói sem nenhum caráter”, descrito, desde sua infância e adolescência, como alguém que não gostava de estudar, era hiperativo, alguém também que “Quando se casou, aos dezenove anos, já revelara o enorme apetite sexual que seria uma marca de sua personalidade e que o casamento não aplacaria.” (Lustosa, 2006, p. 19). Ainda se tratando de características psicológicas e físicas do imperador, também é apontado seu papel decisório em alguns

momentos de marco histórico, como, por exemplo, o Dia do Fico, em que “[...] Pedro I, ao dizer que ficava, definiu o seu destino e o do país que adotara como pátria.” (Lustosa, 2006, p. 19).

No seu *D. Pedro II: ser ou não ser*, Carvalho (2007) trata-o como um imperador criado para assumir essa posição desde criança, como uma autoridade que enfrentou um período difícil para a monarquia, um ser que soube como se portar diante disso com habilidade de governar e com distanciamento da imprensa. Ademais, Carvalho (2007) aponta que o imperador gostava de ler e de estudar e que tinha certa aproximação com o ideal republicano. Desse modo, Carvalho (2007) se atém menos a uma descrição do *príncipe* a partir de características depreciativas; apresenta-o com características evidenciadoras de uma figura forte e sensata.

Resultada do que precede que os historiadores brasileiros, aqui apresentados, parecem mais se ater aos acontecimentos históricos, deixando de lado as questões ligadas à personalidade dos agentes sociais que protagonizam esses acontecimentos. Quando é necessário dizer algo sobre o caráter ou a intimidade dos *príncipes*, isso não passa de notas rápidas ou superficiais, podendo muitas vezes deslizar para juízos de valor, não muito bem vistas na escrita da história. Em outras palavras, essas marcas de personalidade (que muitas vezes se afluam na alcova do palácio) não são apresentadas como causas eficientes dos acontecimentos perpetrados pelos *príncipes*.

A Série 1808: livros-reportagens?

Laurentino Gomes é jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná e tem um histórico de trabalhos realizados em reconhecidos meios de comunicação brasileiros. Em um deles (Revista *Veja*), iniciou um empreendimento para publicar uma edição especial sobre a vinda da família real para o Brasil em 1808. Contudo, esse planejamento foi adiado pelo motivo de “falta de gancho”, “expressão que, no vocabulário das redações, significa motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada” (Gomes, 2007, p. 16). No entanto, Laurentino continuou as pesquisas que havia começado, resultando mais tarde na publicação de *1808*. Diferentemente, *1822* e *1889* foram publicadas quando o autor já não mais trabalhava no grupo *Veja*; porém, ele se assume profissionalmente no papel de um jornalista. Logo, com esses livros continuamos reconhecendo a situação de produção localizada, de certa forma, no meio jornalístico.

Com o lançamento em 2008, o livro *1808* recebeu o Prêmio Jabuti na categoria de Livro do Ano de Não Ficção e na categoria de Melhor Livro-reportagem (extintas em 2018); além

desses prêmios, recebeu outro pela Academia Brasileira de Letras como Melhor Ensaio, Crítica ou História Literária de 2008. Essas premiações acabam trazendo classificações às obras por meio dessas categorias (livro de não ficção; livro-reportagem; ensaio, crítica ou história literária), apresentando alguns modos de ver o texto da *série*. Dessa maneira, ao se pensar sobre esse tópico de modo mais minucioso, tem-se alguns questionamentos: os livros *1808*, *1822* e *1889* são de textos jornalísticos? Ou tratam-se de pura ficção? De quais gêneros discursivos eles mais se aproximam?

Nessa perspectiva, cabe, de forma breve, discutir sobre o tipo de pesquisa que foi realizada por Laurentino Gomes para escrever sobre fatos históricos. Isso porque o próprio autor trata dos processos de sua produção, orientando, assim, a sua recepção. A partir disso, com a “linguagem e técnica jornalísticas”, pode-se entender que é reforçada a ideia de um trabalho que remete a uma reportagem ou a outro gênero textual e discursivo da esfera jornalística. Todavia, como também já vimos, no texto da *série 1808*, surge, por vezes, uma versão inusitada e caricata do *príncipe*, que foge à versão tradicional do discurso científico da história, e entra em cena o ridículo em uma narração dos fatos históricos, os quais são colocados sob perspectiva diferente e questionadora da que costuma aparecer em textos historiográficos. Desse modo, a representação trazida dos *príncipes* e as narrações nos aproximam mais de uma narrativa literária, ficcional, do que de um texto de cunho investigativo mais objetivo. De fato, o texto apresenta os fatos sob uma dada perspectiva, mas não apresenta uma autocrítica ou questionamentos metodológicos do *fazer história*. Portanto, mais uma vez entendemos que o discurso produzido toma um formato duvidoso: tem caráter jornalístico? Ou literário? Ou os dois juntos?

Nesse sentido, a partir das categorias de prêmios recebidos pela série e nas evidências apresentadas, pode-se recorrer a algumas definições de gêneros e de tipos textuais, como, por exemplo, a reportagem e a narração, para se traçar uma comparação. Inicialmente, é possível perceber semelhanças da *série 1808* com a reportagem:

texto jornalístico (escrito, filmado, televisionado), que é veiculado por órgãos da imprensa, resultado de uma atividade jornalística (pesquisa, cobertura de eventos, seleção de dados, interpretação e tratamento), que basicamente consiste em adquirir informações sobre determinado assunto ou acontecimento para transformá-las em noticiário. O resultado é uma notícia (v.), geralmente mais longa, com ingredientes críticos, que podem ir além de uma notícia, no sentido tradicional (v.), embora tenham muita semelhança em sua construção composicional e discursiva. (Costa, 2008, p. 137).

Apesar das semelhanças, há uma diferença relevante: a *série 1808* não foi veiculada por órgãos da imprensa, como são as reportagens, mas em livros, por meio das editoras. Portanto, reconhecemos apenas uma aproximação entre esse gênero e os textos analisados, os quais também podem ser associados à definição de narrativa, já que esta narrativa é:

caracterizada pela presença de personagens inseridos em situações imaginárias (ficção) e realizada em diversos gêneros narrativos, mas também se realiza em situações funcionais e contextos comunicacionais como nos gêneros textuais de narrativa de imprensa: notícia, reportagem... (v.), historiografia (v.), relatórios (v.) diversos, anedotas, etc. (Costa, 2008, p.138)

Nas obras que compõe o *corpus* desta pesquisa, há exposição de acontecimentos mais ou menos sequenciados, com personagens, situados no espaço e no tempo. Todavia, o próprio Laurentino Gomes as configura como livros-reportagem, mas não nos diz o que isso é. De fato, Rocha e Xavier (2013) apontam dificuldades de definição desse gênero:

o livro-reportagem, como objeto de estudo, ainda não desperta significativamente a atenção da comunidade acadêmica que se volta para a pesquisa, para a análise dos fenômenos específicos do jornalismo ou particulares à comunicação social como um todo. A literatura acadêmica especializada é pobre em referências ao livro-reportagem. (Lima, 2004, p. 15)

Rocha e Xavier (2013), apesar disso, colocam o livro-reportagem como um “suporte específico com estrutura e linguagem diferenciada”, sendo “mais do que uma ‘extensão da reportagem’” (Rocha; Xavier, 2013, p. 139). Ademais, ainda conforme os referidos autores, esse gênero é relacionado ao seu contexto de produção atual, em que há avanços da tecnologia, e à sua origem histórica, na qual houve associação entre livro/literatura e jornalismo. Assim “considera-se um livro-reportagem quando uma obra trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção, procedimento metodológicos inerentes ao campo do jornalismo, sem, contudo, destacar certas nuances literárias.” (Rocha; Xavier, 2008, p. 144). Ainda sobre o livro-reportagem, Lima (1998, p. 13), ao comparar esse gênero com a reportagem, localiza-o no campo do “jornalismo contemporâneo”: é “uma grande reportagem na forma de livro” (Lima, 1998, p. 13). Já Lima (2004) apresenta subtipos, como “Livro reportagem-história” e “Livro-reportagem-denúncia”. Como se pode notar, o livro-reportagem é um gênero ainda aberto a categorizações; porém, para os nossos propósitos, o importante é mostrar essa instabilidade das características genéricas próprias das fronteiras pouco delimitadas nos campos da literatura, do jornalismo e da historiografia.

A representação do príncipe em foco: metodologia e resultados da análise

Para este trabalho, foi utilizada a fundamentação teórico-metodológica da Teoria Semiolinguística. Com categorias dessa teoria, construímos grades de coleta de dados, buscando focar nas especificidades do *corpus* (gêneros predominante narrativo, logo, com muitas marcas descritivas) e a construção das representações dos *príncipes*. Percebemos, desse modo, que os *Modos de Organização do Discurso*, Narrativo e Descritivo, se apresentaram muito produtivos.

Com efeito, a análise foi iniciada a partir da aplicação de categorias do *Modo Organização Descritivo*, pois é por meio dele que se identifica a construção de representações, nomeando e qualificando os seres do mundo (cf. Charaudeau, 2008). Por meio de uma grade, foram analisados os enunciados em que o *príncipe* era citado, buscando evidenciar como ocorrem os processos da *nomeação* e da *qualificação* no *corpus*:

MODO DESCRITIVO – 1822 – D. PEDRO I				
Exemplos	NOMEAÇÃO		QUALIFICAÇÃO	
	Específica	Genérica	Objetiva	Subjetiva
(p. 29) “O destino cruzou o caminho de <u>D. Pedro</u> em situação de desconforto e nenhuma elegância.”	X			
(p. 29) “Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822, <u>o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga</u> ”		X		X

Grade 1 - Modo de Organização Descritivo

Com base nesse tipo de grade, foram construídas tabelas para cada *príncipe*, para cada livro da *série*, totalizando nove tabelas. Com os dados obtidos, foi realizada a quantificação em relação ao número de ocorrências de cada tipo de *nomeação* (*específica* ou *genérica*) e de cada tipo de *qualificação* (*objetiva* ou *subjetiva*), de modo a se evidenciar a predominância de determinada categoria descritiva.

De modo similar à análise da descrição, selecionamos os enunciados em que o príncipe aparece praticando ou sofrendo uma *ação*, para podermos descrever o seu papel na narrativa (*actante, benfeitor, agressor* etc.), com base nas categorias do Modo de Organização Narrativo. Os dados obtidos nessa etapa também foram inseridos em tabelas e convertidos em porcentagem, de modo a mostrar a predominância de determinada categoria narrativa.

O príncipe e a organização descritiva na *série 1808*

De acordo com Charaudeau (2008), com o Modo de Organização Descritivo temos a representação do mundo *sem* movimento, isto é, o mundo é nomeado, qualificado e localizado, em um tempo e espaço determinados, sem ações. Desse modo, os componentes da construção descritiva, *nomeação*, *localização* e *qualificação*, “constituem a base da identidade: *nome e sobrenome, data e local de nascimento, sinais particulares e foto.*” (Charaudeau, 2008, p. 112). De fato, podemos dizer que esses componentes são estratégias discursivas utilizadas para construir uma representação dos *príncipes* no *corpus*, cooperando com outras estratégias referentes ao Modo Narrativo.

O componente *nomear* (*nomeação*) “faz com que existam seres, e estes são classificados em função de sua semelhança ou diferença com relação a outros seres” (Charaudeau. 2008, p. 114). Já a *qualificar* “é reduzir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres. Mas enquanto a denominação estrutura o mundo de maneira não orientada, em ‘constelação de seres’, a qualificação atribui um sentido particular a esses seres, e isto de maneira mais ou menos objetiva” (Charaudeau, 2008, p. 115). Esses componentes da construção do descritivo “são implementados por determinados procedimentos discursivos” (Charaudeau, 2008, p. 117), que direcionam, de certa forma, *como* o descritivo é construído. Desse modo, para a *nomeação* e a *qualificação*, pode-se evocar os *procedimentos de identificação* e os *procedimentos de construção ora objetiva, ora subjetiva do mundo*. Na *identificação*, os seres podem pertencer a uma mesma classe (identificação *genérica*) ou podem ser nomeados em sua unicidade (identificação *específica*). Na *construção objetiva do mundo*, há uma “visão de verdade sobre o mundo, *qualificando* os seres com a ajuda de traços que possam ser verificados por qualquer outro sujeito além do sujeito falante” (Charaudeau, 2008, p. 120). Na *construção subjetiva do mundo*, os sujeitos falantes podem “descrever os seres do mundo e seus comportamentos através de sua própria visão, a qual não é necessariamente verificável” (Charaudeau, 2008, p.125). Na análise da descrição no *corpus*, as ocorrências desses componentes se apresentam da seguinte maneira:

		MODO DESCRITIVO								
		1808			1822			1889		
		D. João VI	D. Pedro I	D. Pedro II	D. João VI	D. Pedro I	D. Pedro II	D. João VI	D. Pedro I	D. Pedro II
Nomeação	Específica	59%	74%	84%	62%	58%	52%	93%	68%	55%

	Genérica	41%	26%	16%	38%	42%	48%	7% (1)	32%	45%
Qualificação	Objetiva	18%	22%	17%	54%	75%	66%	0%	67 %	33%
	Subjetiva	82%	78%	83%	46%	25%	34%	100% (1)	33%	67%

Tabela 2 - Resultados - Modo de Organização Descritivo.

A partir desses dados, quanto às *nomeações*, observa-se a predominância das *específicas* em todas as obras, para todos os príncipes. No que diz respeito às categorias de língua, nos três livros, as *nomeações específicas* se dão por meio de substantivos próprios, sendo eles “Pedro” para os *príncipes* D. Pedro I e D. Pedro II e “João” para o “príncipe” D. João VI. Esses nomes são acompanhados às vezes por outros termos, os quais desempenham a função de adjunto adnominal e antecedem os nomes próprios na maioria dos casos. São alguns desses termos usados:

- i) “imperador”, “Dom”, “jovem”, “neto”, “avô”, “neto”, “pequeno”, o numeral romano “II” e “idoso imperador” para D. Pedro II;
- ii) “Dom”, “imperador” e o sobrenome “Alcântara” para D. Pedro I;
- iii) “príncipe regente”, “Dom” e o número romano “VI” para D. João VI.

Para as *nomeações genéricas*, pode-se destacar como ocorrências linguísticas predominantes “imperador-menino” se referindo a D. Pedro II, “filho” e “imperador” para D. Pedro I e “rei”, “príncipe regente” e “pai” para D. João VI.

Em relação às *qualificações*, há predominância das qualificações *subjetivas* em todas as obras da *série 1808*, para todos os *príncipes*, exceto para D. Pedro I na obra *1889*, em que houve um número baixo de ocorrências em relação aos outros. Talvez essa “irregularidade” ocorra pelo motivo de cada obra apresentar mais foco em um determinado *príncipe* e, em *1889*, D. Pedro II é o que mais é retratado, não D. Pedro I.

As categorias linguísticas empregadas nos três livros para as *qualificações* são, em sua maioria, da classe dos adjetivos, dos quais os mais predominantes são: a) “*futuro imperador*” (qualificação objetiva), “velho”, “cansado” e “tímido” (qualificação subjetiva) para D. Pedro II; b) “*primeiro imperador*”, “filho”, “herdeiro” (qualificação objetiva), e “herói” e “autoritário”, “mulherengo”, “boêmio” e “controvertido” (qualificação subjetiva) para D. Pedro

I; e c) “último rei absoluto de Portugal e do Brasil” (qualificação objetiva), “medroso”, “tímido”, “indeciso”, “feio” e “supersticioso” para D. João VI.

Ao buscar as representações dos “príncipes” a partir dos dados obtidos por meio do Modo Descritivo, temos as figuras das personagens nomeadas de maneira *específica*, isto é, em suas unicidades, e temos essas figuras qualificadas de maneira *subjetiva*, em que a descrição feita parte da própria visão do sujeito falante. Tem-se, portanto: i) um príncipe regente D. João VI, gordo, medroso e indeciso; ii) um imperador D. Pedro I, herói, autoritário e mulherengo; iii) um D. Pedro II, tímido e cansado.

O príncipe e a organização narrativa na série 1808

O Modo de Organização Narrativo, segundo Charaudeau (2008), pressupõe a presença de um *contador*, com uma *intencionalidade*, “isto é, de querer transmitir alguma coisa” (Charaudeau, 2008, p. 153), um *destinatário* e *uma certa maneira* pela qual ocorre essa transmissão em um *contexto* e uma “sucessão de ações” (Charaudeau, 2008, p. 153). Assim, o *narrativo*, diferentemente do descritivo, “leva-nos a descobrir um mundo que é construído no desenrolar de uma sucessão de ações que se vinculam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo” (Charaudeau, 2008, p. 157). As categorias desse *Modo de Organização do Discurso* aplicadas ao *corpus* foram os *actantes*, componentes da lógica narrativa junto aos *processos* e as *sequências*. Os *actantes* “desempenham papéis relacionados à *ação* da qual depende” (Charaudeau, 2008, p. 160) e os papéis que desempenham podem ser identificados por meio do “contexto que dará a esse enunciado sua finalidade narrativa” (Charaudeau, 2008, p. 160). Os papéis expostos por Charaudeau (2008), em um *questionário actancial*, são os papéis de *agressor*, *benfeitor*, *aliado*, *oponente* ou *retribuidor* se o *actante age* (executa a ação); e os papéis de *vítima* ou *beneficiário* se o *actante sofre a ação* (essa recai sobre ele); também com a proposta de tipos de *qualificações*: *negativas* e *positivas*.

Assim, quanto aos resultados, em 1808, D. João *age* na maioria as ocorrências, como *benfeitor* em 44% das vezes e como *agressor* em 38%; também aparece agindo como *aliado* e *oponente* em 10% das ações e como *retribuidor* em 8%. Quando *sofre a ação*, esse *príncipe* assim o faz em 47% das vezes como *vítima* e 53% como *beneficiário*. D. Pedro I *age* mais do que *sofre a ação*, em 67% das vezes como *benfeitor* e 33% como *aliado*. Por fim, D. Pedro II, por mais estranho que parece, não desempenha nenhum papel narrativo.

No livro *1822*, D. Pedro I *age* em 82% das ocorrências e *sofre a ação* em 18%; os papéis predominantes para ele são, quando *age*, o de *agressor* e de *benfeitor*, os quais ocorreram em 30% e 28% das vezes, respectivamente; também aparecem os papéis de *aliado* em 25% das vezes, de *oponente* em 8% de *retribuidor* em 9%. Já D. Pedro II *sofre a ação* mais do que *age*; quando *sofre* desempenha os papéis como vítima em 71% das vezes e como beneficiário em 29%; quando *age*, assim o faz como *aliado* em 60% das vezes e como *retribuidor* em 40%. Por fim, D. João VI *age* em 100% das ocorrências, como *benfeitor* em 50% das vezes, como *agressor* em 22%, como *aliado* em 5,5%, como *oponente* em 5,5% e como *retribuidor* 17% das vezes.

Em *1889*, D. Pedro I *age* em todas (100%) das ocorrências, desempenha o papel de *agressor* em 67% e como *benfeitor* 33%. D. Pedro II *age* em 85% das ocorrências, como *agressor* em 41% delas, como *benfeitor* em 16%, *aliado* em 28%, *oponente* em 8% e como *retribuidor* em 7%; *sofre a ação* em 15% das ocorrências, 64% das vezes como vítima e 36% como beneficiário. D. João VI só desempenha um papel, uma única vez, agindo como *benfeitor*.

Tendo em vista esses resultados numéricos, constata-se que, de maneira geral, os príncipes mais *agem* do que *sofrem a ação*. Nas três obras, D. João VI *age* como *benfeitor* na maioria das vezes e como *agressor* em grande parte das ocorrências, desempenhando em menor frequência os papéis de *aliado*, *oponente* e *retribuidor* no início da *série*, em *1808*, e não desempenhando nenhum desses no final da *série*, em *1889*. O papel de *benfeitor*, com *qualificações positivas*, de D. João está ligado às suas ações ao chegar à colônia brasileira com sua corte em *1808*. Ele tomou diversas medidas políticas, como a abertura dos portos, fundação do Jardim Botânico, de bibliotecas, de universidades e da Academia Real Militar. Por outro lado, as ações como *agressor*, com *qualificações negativas*, de D. João dizem respeito ao fim de seu período em terras brasileiras, deixando para trás o seu filho, D. Pedro I, e esvaziando os cofres do Banco do Brasil.

D. Pedro I *age* mais como *agressor* e *benfeitor* de forma equilibrada ao longo da *série*. Nas narrativas, quando ele aparece como *agressor*, com *qualificações negativas*, é colocado como mulherengo, agindo em prol de sua vida boêmia. Como *benfeitor*, com *qualificações positivas*, é muito relacionado a esse processo de proclamação da Independência, tomando, por exemplo, a decisão de ficar no Brasil e realizar ele mesmo o rompimento com a metrópole.

D. Pedro II, que quase não aparece em *1808*, tem sua infância retratada como triste no fim da obra *1822* e início da obra *1889*, pois havia sido deixado pela família nas terras

brasileiras, como órfão, sozinho, escrevendo cartas ao pai e carente de afeto, por isso o papel narrativo que mais desempenha nessa parte da *série* é o de *vítima*. Entretanto, ele *age* mais – e também aparece mais – no último título da série, *1889*, em que o papel de *agressor* é o predominante, embora os papéis de *aliado* e de *benfeitor* também se destaquem. Ele *age* como *agressor*, com *qualificações negativas*, quando se encontra com mulheres em casos extraconjugais, enviando presentes a elas. Ainda enquanto agressor, toma decisões de modo autoritário frente às instâncias políticas do Segundo Reinado para favorecer o seu governo. Apesar disso, D. Pedro II *age* muito como *benfeitor*, com *qualificações positivas*, sendo descrito como diplomático e compromissado com as questões políticas (tanto que evitava escândalos envolvendo sua vida pessoal), e como alguém que acompanhava a Imprensa e o Colégio D. Pedro II em suas atividades. Parece, dessa forma, que essa figura é contraditória: a um só tempo *agressor* e *benfeitor*. Porém, a maioria de suas ações como *benfeitor* são tentativas, a nosso ver, de “mascarar” as suas ações como *agressor*.

Ao buscar as representações dos príncipes a partir dos dados obtidos por meio do Modo Narrativo, temos as figuras das personagens *agindo* mais do que *sofrendo ação*, desempenhando diversos papéis, dentre os quais se destacam os de *agressor*, com *qualificações negativas*, e de *benfeitor*, com *qualificações positivas*. Nessa perspectiva, tem-se, portanto: a) um D. João que tomou medidas positivas para colônia brasileira a partir de sua fuga em 1808, mas também deixou para trás esse lugar para ajudar Portugal e “raspou os cofres do País”; b) um D. Pedro I que proclamou a Independência do Brasil, mas também agia de forma grotesca e imoral com seus escândalos da vida boêmia; e c) um D. Pedro II que agiu de forma diplomática durante o Segundo Reinado, mas que também sustentava uma vida de casos imorais extraconjugais e atitudes autoritárias na política interna.

Considerações finais

As representações dos *príncipes* em trabalhos da área da História do Brasil tendem a se diferenciar de acordo com a metodologia, as fontes e a proposta dos autores: algumas apresentam as personagens históricas tendo como foco a vida particular e privada dessa personagem; outras dão mais ênfase ao fato histórico antes que as personagens. No entanto, nota-se que, na historiografia tradicional, a tendência é focar nos fatos históricos. Já na *série 1808*, a atenção se volta mais para as personagens que são apresentadas nos diversos âmbitos de suas vidas, principalmente no privado, pessoal e íntimo. De fato, neste trabalho, foi possível

perceber algumas características da interseção entre os *príncipes* do “discurso da história mais vendido do Brasil” e os *príncipes* do discurso tradicional da História como, por exemplo: o temor exacerbado de D. João VI; o autoritarismo de D. Pedro I; e a infantilização de D. Pedro II, colocado, por vezes, como um “menino”. Entretanto, as personagens na *série 1808* recebem, de certa maneira, “novas versões” das apresentadas pela historiografia tradicional, principalmente no que se refere à *subjetividade* com a qual são construídas. Isso direciona os resultados deste trabalho a efeitos de sentido que se voltam, de certo modo, para uma *reconstrução* da imagem do *príncipe* na *série 1808*. Já a *construção* da representação, por estar já atrelada aos imaginários de sabedoria (e, por que não dizer, os de crença também) em nossa sociedade, ficaria atribuída aos estudos historiográficos tradicionais (lembramos que eram esses imaginários que subsidiaram e subsidiam os discursos pedagógicos nas escolas brasileiras, muito embora discursos como o de Laurentino Gomes também estejam adentrando o espaço escolar⁷). Logo, assumiremos que tanto a *construção* quanto a *reconstrução* resultam também

[...] da atividade de representação que constrói os universos de pensamento, lugares de instituição de verdades, e essa construção se faz por meio da sedimentação de discursos narrativos e argumentativos, propondo uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos. Ele se constrói, assim, de sistemas de pensamento coerentes a partir de tipos de saber (Charaudeau, 2017, p. 579).

Podemos dizer, então, que o advento de discursos como o de Laurentino Gomes, na *série 1808*, faz “nascer” um “novo” imaginário sobre os *príncipes*; “novo”, entre aspas, pois surge da releitura das fontes historiográficas tradicionais e da ideia de um mercado desejo de informação histórica, mas sem paciência para o discurso academicista (Matoso, 1997). Todavia, esse “discurso mais vendido da história”, como vimos, desenvolve as suas estratégias *capitação* e de *legitimação* com base mais na *subjetividade* do sujeito falante (*autor-escritor*, porque tem um projeto de escritura; *narrador-historiador*, pois quer que o leitor creia na sua “história” como “verdade”, conforme Charaudeau (2008), que nos fatos históricos propriamente ditos. Com efeito, possibilitado por um contexto histórico difícil para as ciências⁸, pode-se dizer que

⁷⁷ Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9973-alunos-do-ensino-medio-de-divinopolis-participam-de-videoconferencia-com-o-escritor-laurentino-gomes-autor-de-1808>
Acesso em 20 nov. 2018.

⁸ O contexto histórico de recepção da *série 1808* cobre os anos conturbados tanto para a democracia quanto para as ciências no Brasil, que vai de 2013 a 2019. Em 2013, tem início os protestos contra o governo de centro-esquerda, o que culminaria, em 2016, no impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, em 2018, na eleição de um governo de extrema direita no Brasil.

esse discurso apresenta algo de tendencioso, uma vez que busca trazer “novas” verdades (ou meias-verdades) sobre os *príncipes* sem um processo científico legitimado, com fórmulas de um jornalismo enviesado (que imagina o que não presenciou, numa espécie de crônica do passado), e com pitadas de ficcionalidade duvidosa (seria literatura?). E, do mesmo modo que o jornalista Winston, devemos refletir sempre sobre a possibilidade de, havendo circunstâncias políticas e sociais favoráveis, forças tentarem “meter a mão no passado”⁹, pois, como dizia o lema do Partido em 1984: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2009, p. 47).

Referências

- CALMON, P. *História da Civilização Brasileira*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- CARVALHO, J. M. D. *Pedro II: ser ou não ser*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHARAUDEU, P. Representação social. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 431-432.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso: os modos de organização do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*. Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/857/433>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- COSTA, S. R. *Dicionário de Gêneros Textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- GOMES, L. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007a.
- GOMES, L. *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- GOMES, L. *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2013.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

⁹ O que não quer dizer que somos contra ao movimento de crítica, revisão e reformulação das hipóteses históricas, baseadas em fontes legitimadas e em critérios e métodos cientificamente aceitos.

- KARNAL, L. *A detração: breve ensaio sobre o maldizer*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.
- LIMA, E. P. *O que é Livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LIMA, E. P. *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri: Manole, 2004.
- LUSTOSA, I. D. *Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARTIN, G. R. R. *A filosofia de Tyrion Lannister*. São Paulo: Leya, 2013.
- MATTOSO, J. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- ORWELL, G. 1984. 36 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROCHA, P. M.; XAVIER, C. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. *Rumores*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 138-157, jul./dez. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/69434-Texto%20do%20artigo-91921-1-10-20131221%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/WINDOWS/Downloads/69434-Texto%20do%20artigo-91921-1-10-20131221%20(2).pdf). Acesso em: 10 jun. 2019.

**REAL INTIMITIES AND FICTIONAL NARRATIVES
ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF THE PRINCE IN THE 1808 SERIES,
BY LAURENTINO GOMES**

ABSTRACT: In this work, we seek to analyze the representation of the prince in the 1808 series, by Laurentino Gomes. Starting from the idea that this series presents itself, in Brazil, as a representative of “best-selling discourse in history”, we focus on the linguistic-discursive strategies for presenting the historical characters of Dom João VI, Dom Pedro I and Pedro II. For this, we use the theoretical-methodological section of Semiolinguistics, by Patrick Charaudeau, more specifically the categories present in the Modes of Organization of Narrative and Descriptive Discourse. We also discuss the issue of the report book and the implications of this genre in analyzing the series' discourse. As a result, we can say that the representation of the prince, in the 1808 series, presents an attempt to reformulate (based more on subjectivity than on facts) the official traditional.

KEYWORDS: sociodiscursive representations; sociodiscursive imaginaries; discourse of History; biographies; best sellers